Os Efeitos dos Ciclos do Açúcar e do Ouro sobre a Desigualdade Salarial e Discriminação no Mercado de Trabalho no Brasil

The Effect of the Sugar and Gold Cycles on Wage Inequality and Labor Market Discrimination in Brazil

Gabriela Lourdes Machado Silva^a

Bernardo Mueller^a

Resumo: Este trabalho usa dados da influência dos ciclos do açúcar e do ouro nos municípios brasileiros para encontrar evidências de origens coloniais da desigualdade salarial e discriminação racial no mercado de trabalho no Brasil. Para isso, aplicam-se três testes empíricos diferentes: o primeiro replica o modelo de Naritomi, Soares e Assunção (2012), usando como variável dependente a desigualdade salarial entre homens negros e brancos no Brasil, a fim de mostrar a persistência dos efeitos de instituições coloniais extrativas; o segundo faz uma estimação minceriana de determinação salarial que inclui as variáveis coloniais; e o terceiro realiza uma decomposição Blinder-Oaxaca para determinar as proporções da diferença salarial por região de influência colonial. Concluiu-se que, embora a discriminação tenha múltiplas causas complexas, os resultados mostram que, pelo menos em parte, há origens históricas.

Palavras-chave: persistência; instituições; escravidão; colonial; discriminação.

Abstract: This paper use data from the influence of the colonial sugar and gold cycles in Brazilian municipalities to provide evidence of racial wage discrimination in the job market in Brazil. This is done through three different empirical tests. The first replicates the test in Naritomi, Soares e Assunção (2012), using as the dependent variable the wage gap between white and black men in Brazil to show the persistent effect of extractive colonial institutions. The second is a traditional Mincerian estimation with additional colonial origin variables. The third test is a Blinder-Oaxaca decomposition to determine the proportional racial wage difference estimated for areas affected by different colonial cycles. Although discrimination has multiple complex causes, the results show that at least in part there are historical origins.

Keywords: persistence; institutions; slavery; colonial; discrimination.

JEL Classification: O43; N96; J71.

^a Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Economia. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

1 Introdução

Estudos sobre a persistência de eventos históricos têm se tornado comuns na literatura econômica. Esses estudos buscam mostrar empiricamente como comportamentos, instituições, crenças e estruturas atuais foram determinados por acontecimentos ocorridos décadas, séculos ou até milênios atrás. A análise de Engerman e Sokoloff (1997) do desenvolvimento relativo dos países do Mundo Novo foi um dos trabalhos pioneiros nessa literatura. Eles mostram, com dados históricos, como a dotação de fatores encontrada pelos colonizadores determinou a escolha de instituições coloniais, cuja natureza – aberta *versus* limitada – persistiu até os dias de hoje com importantes impactos no desenvolvimento econômico. No entanto, foram Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) que mais tiveram impacto, mostrando que era possível fazer uma análise das origens coloniais de patologias atuais de maneira estatisticamente rigorosa e que permitisse estabelecer causalidade. Desde, então, estudos desse tipo têm se tornado cada vez mais frequentes cobrindo uma grande diversidade de temas, países e eventos históricos. Por exemplo, Alesina, Giuliano e Nunn (2013) mostram que o uso histórico do arado teve impacto em atitudes atuais sobre direito das mulheres; Dell (2010) mostra que instituições coloniais no Peru relacionadas à mão de obra (mita) explicam padrões atuais de pobreza e desigualdade; Nunn e Wantchekon (2011) atribuem diferenciais atuais de confiança nas pessoas aos diferentes padrões de escravidão em países africanos; Caicedo (2019) atribui às missões jesuítas na América do Sul padrões correntes de analfabetismo.¹

No Brasil, a noção de uma dicotomia entre colônia de povoamento e colônia de exploração é antiga (MONASTERIO; ERHL, 2015), porém só recentemente surgiram trabalhos que buscam medir de maneira causal e rigorosa a persistência das instituições coloniais nas instituições e *performance* corrente. O mais influente desses é o de Naritomi, Soares e Assunção (2012), que, através de um índice de influência dos ciclos coloniais – açúcar, ouro e café –, estima a persistência de instituições coloniais sobre instituições correntes. Eles mostram que o ciclo do açúcar está associado a mais desigualdade na posse de terra hoje, e o ciclo do ouro está associado à pior governança pública e menor acesso à justiça.²

Um paradoxo que emerge de trabalhos de persistência dos efeitos da escravidão – uma das mais marcantes instituições coloniais – sobre a *performance* atual, é a discrepância entre os resultados quando o nível de observação são países *versus* estudos, em que as observações são unidades subnacionais de um mesmo país. Ao comparar países, os resultados tendem a confirmar o efeito perverso da escravi-

1 Ver Kelly (2019) para uma discussão e crítica a vários trabalhos de persistência.

2 Outros trabalhos sobre essa tradição no Brasil são os de Arraes e Telles (2003), Menezes-Filho et al. (2006) e Summerhill (2010).

dão sobre o desenvolvimento econômico de longo prazo. Seria razoável esperar, portanto, que o mesmo tipo de exercício, comparando o impacto da escravidão sobre diferentes regiões de um mesmo país, fosse indicar a mesma relação negativa. A lógica, tal como no caso *cross-country*, é que instituições escravocratas levam à concentração de renda e de poder econômico em uma pequena elite, que usa esses poderes para garantir a persistência dessa situação ao longo do tempo através de políticas extrativas e de acesso limitado. Essas instituições excludentes e fechadas, por sua vez, seriam um empecilho, no longo prazo, à inovação, acumulação e *performance* econômica em geral.

No entanto, o que se observa nos trabalhos nacionais é ou uma relação positiva entre escravidão e *performance*, ou uma dificuldade de encontrar indícios de efeitos negativos comparáveis aos casos entre países. Conforme Pappadia (2019, p. 39, tradução nossa):

A escravidão é apontada como um dos principais determinantes do baixo desempenho econômico nos países de origem e de destino. Apesar disso, não existem evidências empíricas conclusivas sobre o impacto da escravidão no Brasil, o maior importador de escravos durante o comércio atlântico de escravos.

Summerhill (2010, p. 1, tradução nossa), por exemplo, usa dados atuais e históricos de mais de 50.000 fazendas no estado de São Paulo e conclui que “[...] no geral, nem a intensidade da escravidão nem o padrão de desigualdade tiveram um impacto econômico negativo discernível a longo prazo”. Nunn (2008) usa dados históricos estaduais dos Estados Unidos e encontra uma relação negativa entre escravidão e desenvolvimento econômico. Porém, ele realça que não é o caso que esse efeito se dê através de um impacto da escravidão sobre a desigualdade inicial naqueles estados, que é o mecanismo de transmissão na hipótese de Engerman e Sokoloff (1997). Fujiwara, Laudaes e Caicedo (2017) encontram impactos da escravidão sobre desigualdade corrente, porém a relação com renda encontrada é positiva. Naritomi, Soares e Assunção (2012) também não conseguiram estabelecer um efeito negativo de escravidão sobre o PIB *per capita* dos municípios brasileiros atuais. Na versão inicial de seu trabalho – publicado em 2007 como um *working paper* da NBER (NARITOMI; SOARES; ASSUNÇÃO, 2007, p. 2) – chegava-se à conclusão de que “[...] os episódios coloniais de *rent-seeking* também estão correlacionados com menor oferta de bens públicos e menor renda per capita hoje.” No entanto, na versão final, publicada no *Journal of Economic History* em 2012 (NARITOMI; SOARES; ASSUNÇÃO, 2012), a conclusão relativa aos efeitos sobre a renda não está mais presente, restando somente as conclusões sobre os impactos das instituições coloniais sobre as instituições atuais. Outros trabalhos que deixam de encontrar impactos da escravidão no desenvolvimento de longo prazo são os de Carvalho Filho e Colistete (2010) e Reis (2017).

Por que o impacto perverso da escravidão e outras instituições extrativas coloniais é tão fácil de captar em estudos que comparam as experiências entre países, mas não naqueles que analisam as diferenças dentro do mesmo país? A resposta está relacionada ao tipo de instituições que emergem nas regiões onde não houve escravidão. Seguindo a lógica de Engerman e Sokolof (1997), nos países que não experimentaram escravidão ou outras instituições extrativas, emergiram instituições neutras ou inclusivas, levando à prosperidade no longo prazo. Já as regiões de um país escravocrata, que por incompatibilidade geográfica ou climática não tenham experimentado diretamente a escravidão, estão, mesmo assim, sujeitas às instituições extrativas originadas nas regiões centrais onde a escravidão estava presente. As regiões que tiveram escravidão crescem e vêm a se tornar centros de atividade econômica, pois a escravidão fomenta o investimento e a geração de renda. As regiões sem oportunidades econômicas não recebem a escravidão nem investimento e, por isso, permanecem periféricas e mais pobres. Isso explica a dificuldade de encontrar impactos negativos da escravidão sobre *performance* dentro de um mesmo país. A *performance* realmente é melhor nas áreas onde havia escravidão, especialmente se medida pela renda relativa entre as regiões. Isso não significa, no entanto, que a escravidão tenha sido positiva, nem em termos econômicos, pois a concentração de renda e de poder, que é a base do crescimento inicial, não permite a transição de um nível de renda médio para um nível de renda alto (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; NORTH *et al.*, 2009). O que impede essa transição é a capacidade que as instituições extrativas fornecem aos grupos no poder de resistir às mudanças e reformas que poderiam adiantar o crescimento econômico geral, mas que trariam para esses grupos perdas de riqueza e renda.

Embora possa ser difícil mapear o impacto da escravidão sobre o desenvolvimento relativo das regiões brasileiras, deve ser possível mostrar o impacto negativo sobre outras variáveis importantes que captam o bem-estar e a prosperidade do país. Naritomi, Soares e Assunção (2012), por exemplo, mostram algumas origens coloniais da desigualdade de terra, governança pública e acesso à justiça no Brasil hoje.

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto dos ciclos coloniais do açúcar e do ouro nas desigualdades salariais entre brancos e negros no Brasil hoje. Para esse fim, realizam-se três exercícios econométricos relacionados: na segunda seção, apresentam-se alguns fatos estilizados sobre a discriminação no mercado de trabalho no Brasil; na terceira, estende-se a abordagem empírica de Naritomi, Soares e Assunção (2012) para se estimar se a diferença salarial entre negros e brancos hoje no Brasil varia de acordo com as diferentes atividades coloniais e seu emprego de escravos; na quarta, estima-se uma tradicional equação minceriana de determinação salarial, só que incluindo-se variáveis para indicar as regiões das atividades coloniais; por fim, na quinta realiza-se uma decomposição do tipo Blinder-Oaxaca para permitir a comparação do nível de discriminação racial no

mercado de trabalho de regiões que participaram diretamente na escravidão africana com as regiões que não participaram.

Em conjunto, esses três exercícios não só reafirmam a existência de forte discriminação entre negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro, mas mostram em que medida essa discriminação tem origens nas instituições coloniais.

2 Desigualdade Salarial e Discriminação no Mercado de Trabalho no Brasil

A existência de discriminação racial e desigualdade salarial no Brasil é um fato bem conhecido (FERNANDES, 1972; GORENDER, 1990; NASCIMENTO, 1978; SOARES, 2000). Embora os testes empíricos neste trabalho confirmem essa realidade, o objetivo não é simplesmente reafirmar a existência da discriminação, mas, sim, mostrar que os municípios com origens que remontam aos ciclos colonias da cana-de-açúcar e do ouro mostram hoje mais desigualdade salarial entre negros e brancos.

A Figura 1 apresenta a diferença entre os rendimentos médios de homens brancos e negros por região brasileira, que é a variável dependente no primeiro e no terceiro exercícios usados. Já, por sua vez, a Figura 2 mostra a variação geográfica das diferenças salariais. Embora sejam maiores no Norte e no Centro-Oeste, e menores no Sul, as duas figuras deixam claro que o fenômeno é generalizado e de magnitude expressiva. Por fim, a Tabela 1 mostra a diferença média entre negros e brancos para uma série de variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Figura 1 – Média de rendimentos entre homens brancos e negros, por região (2010)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Figura 2 – Mapa das diferenças salarias entre negros e brancos (2010)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Tabela 1 – Comparação de características relacionadas ao mercado de trabalho no Brasil (2010)

Variável	Negros	Brancos
Mercado de trabalho informal	32,61%	22,27%
Mercado de trabalho formal	67,39%	77,73%
Idade (média anos)	34,08	34,75
Salário/hora (média \$)	5,93	8,98
Horas de trabalho (média)	43,08	43,3
Rendimento no trabalho principal (média \$)	900,11	1.404,54
Urbano (%)	81,97%	86,92%
Rural (%)	18,03%	13,08%
Experiência (média)	21,35	20,47
Anos de estudos (média)	6,73	8,27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010.

Conforme a pesquisa sobre desigualdades de gênero e raça realizada pelo Ipea (FONTOURA *et al.*, 2011), das meninas brancas com 15 anos ou mais, apenas 4,9% eram analfabetas, enquanto que, meninas negras na mesma faixa etária, o nível era de 10,2%, ou seja, um número duas vezes maior (no caso dos homens, o resultado é parecido). Em 2015, 12% da população negra possuía 12 anos ou mais de estudo. Na população branca, essa percentagem era de 25% da população. Em 2015, os negros possuíam os mesmos índices educacionais que os brancos possuíam em 1995. Das mulheres negras que trabalhavam, 18% eram empregadas domésticas e, no caso das mulheres brancas que trabalhavam, esse número era 10%. Foi observado a manutenção da escala de distribuição de rendimento por todos os anos da pesquisa (1995-2015), isto é, os maiores rendimentos eram dos homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, homens negros e, por fim, mulheres negras.

Vários estudos mostram empiricamente o tamanho e a natureza da discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. Soares (2000), ao decompor o diferencial salarial para médias e para centésimos das distribuições salariais, comparando homens brancos com as categorias de mulheres negras ou brancas e homens negros, concluiu que homens negros, ao estarem em posições empregatícias mais avançadas, sofrem ainda mais com a discriminação. Observou também que um dos motivos da diferença salarial entre homens brancos e negros é uma discriminação pré-mercado, ou seja, os negros recebem pouca educação e de má qualidade em comparação aos brancos.

Pereira e Oliveira (2016) utilizam os dados do IBGE (2010) para analisar a discriminação de gênero no estado do Rio Grande do Sul e encontram a existência estatística de discriminação de gênero no estado. Segundo os autores, mesmo as mulheres possuindo dotações superiores que os homens, ainda possuem menores salários. Já Maia *et al.* (2017) utilizam microdados da PNAD de 2002 e 2013 e concluem que, sobre a perspectiva de gênero e cor, a discriminação reduz levemente (menos em comparação a mulheres brancas e homens brancos, em que houve um crescimento não muito expressivo).

Para os Estados Unidos, Lagerlof (2005) analisa a relação entre a renda *per capita* dos moradores dos municípios do sul, hoje, e a escravidão de 1850 e encontra que a renda dos negros não é influenciada pela escravidão de 1850. Apenas a renda *per capita* dos brancos é impactada com a intensidade de escravidão, ou seja, os municípios que apresentavam maior incidência de escravidão em 1850 apresentam, hoje, uma maior renda *per capita* dos indivíduos brancos, não só em comparação à renda dos negros dessas cidades, mas também em comparação com os indivíduos brancos de outros municípios que tiveram menor incidência de escravidão. Quanto menor o número de indivíduos negros em um município, maior a renda *per capita* dos negros. Um dos motivos apresentados no trabalho

que pode justificar essa afirmação é que quando os negros compõem um pequeno número de habitantes na cidade, eles podem aproveitar da educação pública de qualidade destinada a uma maioria rica e branca (LAGERLÖF, 2005).

No entanto, mesmo em países onde nunca houve escravidão existe discriminação e desigualdades no mercado de trabalho, de modo que não se pode concluir até que ponto a desigualdade no Brasil tenha origem na escravidão. Ela pode ser uma característica social do Brasil vinda de outras fontes e perpetuada através de outros mecanismos culturais. Neste trabalho, procura-se estabelecer através dos dados até que ponto há origens coloniais.

3 Origens Coloniais das Instituições Brasileiras

Neste primeiro exercício empírico, estende-se o teste criado por Naritomi, Soares e Assunção (2012) para se analisar episódios de *rent-seeking* colonial como determinantes da variação institucional *de facto* no Brasil hoje. A extensão é o uso de uma nova variável dependente relacionada à discriminação salarial por raça. É necessário, portanto, primeiro descrever a abordagem e as variáveis desses autores. O ponto de partida é a caracterização do período colonial no Brasil pela predominância de instituições extrativas e concentradoras. A demanda europeia e a viabilidade de produção brasileira definiram as atividades no mercado brasileiro. As dotações de fatores (terra, clima, mão de obra, etc.) determinavam quais atividades econômicas podiam ser perseguidas pelos colonizadores. Três elementos essenciais determinaram as características do ciclo do açúcar: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. As terras foram distribuídas para quem possuía poder aquisitivo para investir na compra de muitos escravos. A sociedade canavieira era estruturada em condições de desigualdade social e poderes concentrados nas mãos da elite. Já o ciclo do ouro foi marcado por controles e tributação da metrópole e tentativas de evasão fiscal e contrabando pelos mineiros. Apesar do uso de mão de obra escrava e a persistência da desigualdade, podia haver na sociedade mineira uma certa mobilidade social, diferente da economia açucareira. Na sociedade mineira, os escravos podiam comprar sua liberdade e a economia aurífera permitiu a entrada de quem possuía recursos limitados. Porém, houve um crescimento enorme do aparelho estatal ineficiente e intrusivo na busca extração de rendas de atividade produtiva.

Segundo Naritomi *et al.* (2012), os municípios afetados pelo ciclo do ouro são identificados pela localidade das minas, localizadas nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rondônia. Já os municípios afetados pelo ciclo do açúcar estão em “[...] áreas costeiras dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo, e para a região de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro [...]” (NARITOMI; SOARES; ASSUNÇÃO,

2012, p. 404). As áreas são consideradas como produtoras de cana-de-açúcar se estiverem a menos 200 quilômetros da costa dessas regiões e se o município tiver sido fundando antes de 1760, quando se deu fim ao crescimento da economia açucareira. As Figuras 3, 4 e 5 mostram a disposição geográfica dos ciclos.

Figura 3 – Áreas afetadas pelo ciclo do açúcar

Fonte: Elaboração própria a partir de Naritomi, Soares e Assunção (2012).

Figura 4 – Áreas afetadas pelo ciclo do ouro

Fonte: Elaboração própria a partir de Naritomi, Soares e Assunção (2012).

Figura 5 – Áreas afetadas pelo ciclo do café até 1886

Fonte: Elaboração própria a partir de Naritomi, Soares e Assunção (2012).

Pela estratégia desses autores, o município que for considerado diretamente afetado pelo ciclo do ouro ou pelo ciclo do açúcar receberá um valor equivalente a um. Os ciclos não foram limitados somente a essas áreas, houve outras áreas influenciadas também. Os municípios que foram indiretamente influenciados pelos ciclos recebem valor de zero a um dependendo da distância, d_i , do município mais próximo que participou diretamente dos ciclos. Se a distância for maior que 200 km, o valor das variáveis açúcar ou ouro é zero.³

$$I_i = \{(200 - d_i / (200))\}^2 \text{ se } d_i \leq 200 \text{ km} \quad (1)$$

$$I_i = 0 \text{ caso contrário}$$

A influência do ciclo vai decaindo à medida que os municípios influenciados se distanciam dos municípios mais centrais à economia açucareira e aurífera. Essas são as variáveis de interesse do estudo e são usadas para explicar a qualidade das instituições no Brasil hoje. Para medir a distribuição do poder econômico e político de hoje, usou-se o coeficiente de Gini de concentração da propriedade da terra. O índice de práticas de governança calculado pela Secretaria do Censo Brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) é usado para calcular a qualidade da administração do município. A qualidade de administração do município seria a eficiência de administração do município baseado na sua capacidade de fornecer bens públicos à sociedade. Por fim, o nível de acesso à justiça e Estado de Direito é medido através de variável do censo Brasileiro (IBGE, 2010), que atribui um valor de zero a três conforme a existência de tribunais no município.

Os resultados das estimativas realizadas por Naritomi, Soares e Assunção (2012) mostram que as áreas afetadas pelo ciclo do açúcar em comparação com outras áreas que não foram afetadas pelo ciclo apresentam mais desigualdade na distribuição de terras, piores índices de prática de governança e acesso à justiça. As áreas também são as mais pobres do Brasil e as que menos possuem gente instruída.

Já os municípios afetados pelo ciclo do ouro em comparação aos outros municípios não afetados apresentaram as seguintes características: pior acesso à justiça, porém, em comparação aos municípios afetados pelo ciclo do açúcar, mostraram níveis semelhantes; índice de Gini menos desigual do que os municípios afetados pelo ciclo do açúcar; qualidade de governança semelhante aos municípios não afetados pelo ciclo; pouca diferença na escolaridade e renda semelhante aos municípios não afetados pelo ciclo. Ou seja, os autores conseguiram estabelecer e medir alguns impactos das instituições coloniais sobre instituições correntes no Brasil.

3 Naritomi *et al.* (2007, p. 25) afirmam que seus resultados não dependem do uso de 200 km como a área de influência dos ciclos coloniais. Testes de robustez com 100 km e 300 km deram resultados qualitativamente idênticos.

A variável chave para entender a estratégia empírica introduzida por Naritomi, Soares e Assunção (2012) é a distância para Portugal que entra através da função de influência (1). Maior proximidade para Portugal de certa forma randomiza a alocação de instituições extrativas no Brasil, determinando onde e com que intensidade os ciclos se realizaram. O objetivo do estudo deles é mostrar que aquelas instituições coloniais têm um efeito que persiste ao longo do tempo e afeta instituições correntes no Brasil.

A nossa estratégia consiste em replicar o teste realizado por Naritomi, Soares e Assunção (2012), porém usando como variável dependente as diferenças salariais entre homens negros e brancos. Mais especificamente, o nosso teste visa explicar o hiato salarial entre homens brancos e negros conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010). Trata-se da diferença do valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade entre brancos e negros (e pardos), de modo que um valor positivo significa que o rendimento dos brancos é maior do que o dos negros. A descrição e fonte dos dados está no Quadro 1 e as estatísticas descritivas na Tabela 5, ambos dispostos no Anexo A. Os resultados das estimações dos determinantes do hiato salarial encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Influência dos ciclos econômicos na diferença salarial entre negros e brancos no Brasil (2010)

Variáveis	(1) Hiato salarial	(2) Hiato salarial	(3) Hiato salarial	(4) Hiato salarial	(5) Hiato salarial	(6) Hiato salarial
Ciclo açúcar	-163.2* (-1.88)	-821.52** (-2.33)	-131.96 (1.46)	-966.7** (-2.67)	-137.3 (-1.57)	-859.4** (-2.33)
Ciclo ouro	-49.48 (-1.22)	-199.6 (-0.56)	-25.17 (-0.57)	-193.6 (-0.54)	-29.81 (-0.72)	-218.6 (-0.16)
Influência café até 1886			97.01** (2.54)	-3402.7** (-2.50)	143.4** (2.56)	
Distância Portugal		-52.60 (-0.94)		-48.70 (-0.87)		-53.36 (-0.90)
Distância Portugal x açúcar		125.9** (2.32)		149.1*** (2.68)		131.7** (2.33)
Distância Portugal x ouro		18.62 (0.38)		20.60 (0.42)		21.83 (0.44)
Distância Portugal x café 1				419.1** (2.60)		
Distância costa		7.82 (1.62)		9.363* (1.91)		21.57*** (2.91)
Distância Equador		21.61*** (3.05)		21.54*** (2.99)		8.23* (1.72)
Influência café até 1935						110.8 (0.12)

Continua...

Conclusão.

Variáveis	(1) Hiato salarial	(2) Hiato salarial	(3) Hiato salarial	(4) Hiato salarial	(5) Hiato salarial	(6) Hiato salarial
Distância Portugal x café 2						-11.58 (-0.11)
Constante	333.5*** (12.12)	158.0 (0.41)	312.7*** (9.60)	54.57 (0.16)	316.0*** (10.76)	158.8 (0.40)
Dummies de solo	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dummies de temperatura	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	5,505	4,971	5,505	4,971	5,505	4,971
R2	0.013	0.142	0.025	0.147	0.028	0.142

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Estatísticas t entre parênteses; *** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.1.

Na primeira coluna, os regressores são somente as variáveis geográficas que captam a influência dos ciclos do açúcar e do ouro nos municípios. Somente a variável explicativa do ciclo do açúcar é positiva e estatisticamente significativa, indicando que os municípios que foram afetados e influenciados por esse ciclo apresentam hoje uma diferença salarial menor entre homens negros e brancos. Esse resultado é o contrário do esperado, no entanto, a conclusão muda na segunda coluna, onde foram adicionados os termos de interação entre a distância de Portugal e a influência dos ciclos. Esse termo multiplicativo permite que o efeito do ciclo sobre a diferença salarial varie de acordo com a maior ou menor proximidade de Portugal. Os resultados mostram que, somente para o ciclo do açúcar, os impactos dos ciclos são estatisticamente significativos. A seguir, discute-se a interpretação do resultado dessa interação.

Assim como nas estimações feitas por Naratomi *et al.* (2012), foram acrescentadas as variáveis de influência do ciclo do café até 1886 e influência do ciclo do café mais ampla (até 1935) – colunas três e cinco. Os resultados na coluna três mostram que os municípios que participaram do ciclo do café até 1886 apresentam um maior hiato salarial entre brancos e negros hoje, tudo mais constante. O coeficiente estimado da variável do ciclo do ouro, no entanto, é sempre estatisticamente igual a zero.

Um coeficiente positivo na variável de ciclo do açúcar, do ouro ou do café mostra o quanto maior é o hiato salarial entre homens brancos e negros em um município que tenha participado do ciclo e outro que não tenha, *ceteris paribus*. Como as variáveis de ciclo variam de zero para um, conforme a equação 1, é possível também que alguns municípios tenham sido influenciados pelos ciclos sem terem participado diretamente. Nesse caso, a variável está entre zero e um, dependendo da distância, e o impacto sobre o hiato é mediado por esse valor.

O principal resultado dessas estimações é a ligação entre os ciclos do açúcar e do café com a discriminação salarial atual no Brasil. A interpretação desse resultado requer levar em conta não só o coeficiente da variável do ciclo, mas simultaneamente o coeficiente do termo de interação entre esse ciclo e a distância até Portugal. Para se obter o impacto no hiato da participação do município no ciclo do açúcar ou café, o valor do coeficiente do ciclo tem que ser somado ao produto da distância até Portugal com o coeficiente do termo de interação: $\beta_1 + \beta_2 \cdot d$. Assim, o impacto do ciclo no hiato é não linear e depende da distância.

A Figura 6 mostra graficamente os efeitos do ciclo do açúcar sobre o hiato salarial entre negros e brancos, plotado pela distância de Portugal. No caso do açúcar, o ciclo é positivo e estatisticamente significativo para os municípios aproximadamente acima de 7 graus de Portugal, o que inclui aproximadamente três quartos da amostra.

Figura 6 – Efeito de distância de Portugal sobre o impacto do ciclo do açúcar

Fonte: Elaboração própria com base na coluna 2 da Tabela 2.

A Figura 7 mostra o resultado análogo para o ciclo do café até 1886. O eixo horizontal mostra a distância euclidiana de Portugal (medida em graus). O histograma no fundo mostra quantos municípios existem em cada bin de distância. Nota-se que, abaixo da distância de aproximadamente seis graus, não há municípios. As linhas tracejadas indicam o intervalo de confiança de 95%. Quando o intervalo vertical entre as linhas tracejadas não inclui o eixo horizontal igual a zero, o impacto do ciclo no hiato salarial é estatisticamente significativo.

No caso do café, os municípios entre aproximadamente seis e oito graus sofrem um impacto negativo do ciclo. Isso não quer dizer que o hiato é negativo, pois os rendimentos dos negros são, em média, significativamente menores do que os rendimentos dos brancos. A interpretação correta é que, a essa distância de Portugal, ter participado do ciclo do café implica um hiato menor do que nos outros municípios. Porém, a partir de aproximadamente 8,25 graus de Portugal, o impacto do hiato sobre o hiato passa a ser positivo.

Figura 7 – Efeito de distância de Portugal sobre o impacto do ciclo do café até 1886

Fonte: Elaboração própria com base na coluna 2 da Tabela 2.

Essa dinâmica é diferente do encontrado por Naritomi, Soares e Assunção (2012), em cujo estudo o efeito dos ciclos era positivo na concentração de terra e na má governança e decaía à medida que se afastava das áreas centrais ligadas aos ciclos. Nos resultados aqui encontrados para o hiato salarial, os municípios mais próximos de Portugal ou não são impactados pelo ciclo (açúcar), ou são negativamente impactados, ou seja, um menor hiato (café). Só a partir de uma certa distância os ciclos passam a ter um impacto positivo no hiato em ambos os casos. Os dados não permitem determinar as causas desse resultado, porém uma interpretação condizente com a discussão na primeira seção envolve os diferentes impactos que emanam das instituições extrativas, entre as quais a escravidão, que foram a base de ambos os ciclos. Se por um lado a escravidão leva a instituições concentradoras e extrativas – que impõem empecilhos ao crescimento econômi-

co de longo prazo do país –, por outro lado viabiliza acumulação e investimento, gerando centros de atividade e crescimento maior do que as outras áreas no país que não passaram pelo mesmo ciclo. Devido ao *path dependence* da organização da geografia econômica do país, essas áreas são até hoje os polos econômicos e populacionais. É razoável supor que essas áreas, que correspondem às capitais como Recife e Salvador, no açúcar, e à São Paulo, no café, (ver Figuras 3 e 4), devido a essa trajetória e a sua maior renda *per capita* são também mais cosmopolitas e mais progressivas do que as áreas mais distantes e interioranas, que também foram influenciadas pelos ciclos. Ambas as áreas sofreram o efeito perverso da escravidão e, portanto, contêm instituições e forças que favorecem a discriminação racial. Mas as primeiras teriam maior propensão a desenvolver eventualmente forças contrárias, mitigando, assim, em parte aquele legado colonial.

4 Estimação Minceriana e Origens Coloniais da Desigualdade Salarial no Brasil

A estimação de retornos salariais à educação, experiência, qualidade da educação e outros atributos pessoais, conhecida como uma estimação de uma função minceriana (MINCER, 1958), é amplamente explorada na literatura e pode ser usada para mostrar evidências iniciais da existência de discriminação racial. A Tabela 3 replica uma típica estimação minceriana para o Brasil, usando dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), e, em seguida, adiciona a essa especificação variáveis indicadoras da participação de municípios nos ciclos do açúcar, ouro e café para ver se impactam na discriminação salarial no Brasil hoje.

Tabela 3 – Equação minceriana adicionada das variáveis coloniais

Variáveis	(1) Log(salário)	(2) Log(salário)
Experiência	0.042*** (0.000)	0.041*** (0.000)
Experiência ²	-0.001*** (0.000)	-0.001*** (0.000)
Não branco	-0.124*** (0.000)	-0.213*** (0.000)
Fundamental completo e médio incompleto	0.272*** (0.000)	0.287*** (0.000)
Médio completo e superior incompleto	0.524*** (0.000)	0.529*** (0.000)
Superior completo	1.298*** (0.000)	1.302*** (0.000)

Continua...

Conclusão.

Variáveis	(1) Log(salário)	(2) Log(salário)
Empregado sem carteira	-0.268*** (0.000)	-0.302*** (0.000)
Conta própria	-0.097*** (0.000)	-0.118*** (0.000)
Empregadores	0.569*** (0.000)	0.571*** (0.000)
Ciclo do açúcar		-0.156*** (0.000)
Ciclo do ouro		0.016*** (0.000)
Ciclo do café		0.169*** (0.000)
Açúcar x não branco		0.101*** (0.000)
Ouro x não branco		0.094*** (0.000)
Café x não branco		0.102*** (0.000)
Constante	0.464*** (0.000)	0.488*** (0.000)
<i>Dummies</i> microrregião	Sim	Sim
<i>Dummies</i> setor de ocupação	Sim	Sim
Observações	4,353,870	4,324,302
R ²	0.355	0.331

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2010) e Naritomi *et al.* (2012).

Nota: P-valor entre parênteses.

A primeira estimação por mínimos quadrados ordinários é uma replicação da equação minceriana executada por Souza, Salvato e França (2014), porém limitando a estimação ao sexo masculino e englobando todas as atividades setoriais apresentadas pelo Censo 2010 (IBGE, 2010). A primeira estimação contou com 4.353.870 milhões homens brancos e negros e a segunda, com 4.324.302 milhões. Na segunda estimação, foram adicionadas as variáveis que indicavam a influência dos ciclos da cana-de-açúcar, ouro e café nos municípios, assim como suas interações com a *dummy* para indivíduos não brancos.

Os resultados da primeira estimação assemelham-se bastante com os resultados de Souza, Salvato e França (2014). Primeiramente, os resultados dos parâmetros são todos significantes a 1%. Todos os retornos de escolaridade são positivos para os salários. Quanto maior a escolaridade em relação a quem não concluiu o

ensino fundamental, maior é o diferencial no rendimento. Por exemplo, ter a instrução fundamental completo e médio incompleto tem um diferencial de 27,2% a mais no rendimento, já quem possui a instrução ensino médio completo e superior completo tem uma diferença no rendimento de 52,4% e quem possui ensino superior possui um rendimento superior de 129,8% (todos os salários são comparados com quem não possui ensino fundamental completo).

Ser empregador apresenta um diferencial de 56,9% a mais no salário se comparado com trabalhador de carteira assinada. Trabalhar por conta própria dá um diferencial negativo de 9,7% no salário e trabalhar sem carteira assinada também dá um diferencial negativo de 26,8% no salário (comparado com quem é empregado com carteira assinada). A variável experiência retorna valores positivos na renda para cada ano adicional de experiência. O termo quadrático para experiência indica que esta tem retornos decrescentes no tempo. A atividade que gera mais retorno positivo no salário se comparado com o setor de agricultura é o setor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados. Igualmente ao resultado de Souza *et al.* (2014, p. 12), “[...] apenas a região Nordeste possui rendimento médio condicional menor que a renda Norte [...]”. Para os propósitos deste estudo, porém, o resultado mais importante nessa primeira estimação é a variável “não branco”, que gera um diferencial negativo de 12,4 % nos salários.

Na segunda estimação da Tabela 3, adicionaram-se as variáveis dos ciclos coloniais da seção anterior. Incluíram-se, também, interações dessas variáveis com o indicador de indivíduos não brancos. Nessa estimação, também todos os parâmetros foram estatisticamente significantes. As duas variáveis relacionadas com a experiência ainda têm um efeito positivo, porém decrescente. Trabalhar com carteira assinada continua sendo mais vantajoso do que não trabalhar de carteira assinada e trabalhar por conta própria, porém não é mais vantajoso do que ser empregador. Ter instrução maior do que o ensino fundamental incompleto continua gerando diferenciais positivos nos salários. Não ser branco está associado com salários *ceteris paribus* 21,3% menores. Todas as atividades, se comparadas com a atividade agrícola, possuem maiores retornos, e a região Nordeste continua sendo a região que possui menores retornos se comparada a região Norte.

Os resultados novos nessa equação minceriana vêm das variáveis dos ciclos coloniais. As estimativas devem ser interpretadas levando-se em conta os termos de interação (sendo que a variável “não branco” é binária (0-1)). Os resultados indicam que, relativo a um indivíduo branco que não mora em um município que participou dos ciclos do ouro, café ou do açúcar, mas com as todas as outras características iguais, um homem não branco em um município do ciclo do açúcar teria um salário médio 36,9% menor, em município do ciclo do ouro 19,8% menor e em município do ciclo do café 4,4% menor. Já um indivíduo branco nesses municípios teria valores significativamente mais altos: 15,6% menor no açúcar e 1,6% e

16,9% maiores no ouro e café, respectivamente. Nota-se que o rendimento de um homem não branco em uma região de influência do açúcar é menor do que o de um homem com as mesmas características, só que nas regiões de influência ouro e do café, consistente com os resultados da seção anterior.

5 Decomposição Blinder-Oaxaca da Discriminação no Brasil

A estimação dos determinantes dos retornos salariais realizada na seção anterior permite detectar impactos de raça nos salários, mas não permite concluir sobre os determinantes dos impactos. Em particular, não é possível determinar em que medida esses diferenciais devem-se a fatores relacionados à produtividade dos indivíduos e em que medida refletem discriminação.

Para permitir distinguir entre esses determinantes das diferenças salariais, foi feita a decomposição Blinder-Oaxaca para os municípios afetados e influenciados pelos ciclos da cana-de-açúcar e do ouro, além de ser feita a mesma decomposição para municípios não afetados por nenhum dos dois ciclos. A decomposição permite identificar se municípios com antecedências de escravidão possuem hoje mais discriminação salarial entre homens negros e brancos.

Os grupos analisados foram o grupo de homens negros (e pardos) e o grupo de homens brancos. A quantidade de observações de cada grupo depende da decomposição efetuada. A Tabela 4 mostra a decomposição Blinder-Oaxaca para os municípios influenciados pelos ciclos (cana-de-açúcar e ouro) e a decomposição para os municípios não afetados e nem influenciados por esses ciclos.

Tabela 4 – Decomposição Blinder-Oaxaca por regiões afetadas pelos ciclos coloniais

Renda por Hora (log)	Coeficientes		
	Ciclo ouro	Ciclo açúcar	Sem ciclo
Grupo 1 – homens brancos	1.562*** (0.002)	1.476*** (0.002)	1.770*** (0.001)
Grupo 2 – homens negros	1.326*** (0.001)	1.242*** (0.001)	1.442*** (0.001)
Diferença salarial	0.236*** (0.002)	0.233*** (0.003)	0.328*** (0.001)
Decomposição			
Componente explicado	0.120*** (0.001)	0.131*** (0.001)	0.174*** (0.001)

Continua...

Renda por Hora (log)	Coefficientes		
	Ciclo ouro	Ciclo açúcar	Sem ciclo
Componente não explicado	0.117*** (0.002)	0.103*** (0.002)	0.154*** (0.001)
Homens brancos	265.095	173.214	1.100.838
Homens negros	476.837	370.528	882.152

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (2010) e Naritomi, Soares e Assunção (2012).

Nota: *P*-valores entre parênteses; *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$; as regressões usam como controle educação, experiência e formalidade.

A primeira decomposição conta com 265.095 mil homens brancos e 476.837 mil homens negros. Já a segunda decomposição conta com 173.214 mil homens brancos e 370. 528 mil homens negros. A decomposição do hiato salarial nos municípios não afetados pelos ciclos da cana-de-açúcar ou do ouro conta com a presença de 1.100.838 homens brancos e 882.152 mil homens negros. Isso não significa que nesses últimos municípios não houve escravidão, pois ali estão inclusos, por exemplo, municípios que participaram do ciclo do café.

Relembrando da metodologia por trás da decomposição Blinder-Oaxaca, segundo Ospino, Roldan Vasquez e Barraza Narvaez (2010), dada a conclusão de Blinder (1973), o componente explicado pode ser identificado como devido às diferenças observadas nos indivíduos. Por exemplo, a maior escolaridade dos brancos em relação aos negros explicaria parte de os motivos dos salários dos brancos serem maiores do que os salários dos negros. Entretanto, o componente não explicado é considerado o efeito da discriminação, ou seja, parte da diferença salarial entre homens brancos e homens negros dada somente pelas características pessoais dos indivíduos. Blinder (1973) argumenta que pessoas com características pessoais diferentes, porém com as mesmas características observáveis (produtivas), podem ser avaliadas de forma diferente pelo mercado.

Em todas as decomposições realizadas, o grupo de homens brancos apresenta rendimentos maiores do que o grupo de homens negros. Ao analisar-se a decomposição feita só para os municípios influenciados e afetados pelo ciclo do ouro, observa-se que a média do logaritmo da renda por hora dos homens brancos é 1.562 e a média do logaritmo renda por hora do grupo de homens negros é 1.326, o que dá um diferencial salarial de 0.236. Ao decompor esse diferencial, a parte que pode ser explicada pelas variáveis do modelo corresponde a 50,85% e a parte que não pode ser explicada, ou seja, a parte relativa à discriminação, corresponde por aproximadamente 49,15% do diferencial salarial.

Na segunda decomposição, o diferencial salarial entre homens brancos e negros corresponde a 0,233. A parte explicada corresponde a aproximadamente a 56 % do diferencial salarial e a parte equivalente à discriminação corresponde aproximadamente a 44 %.

Na decomposição realizada nos municípios que não foram afetados nem influenciados por nenhum dos dois ciclos, o diferencial salarial entre homens e negros corresponde a 0.328. A parte explicada desse diferencial corresponde a 53% do diferencial e a parte correspondente à discriminação corresponde a 47% do diferencial salarial.

Esses resultados mostram que a discriminação salarial é de grande magnitude e generalizada no Brasil. Não só há uma grande disparidade salarial, mas aproximadamente metade dessa disparidade não pode ser atribuída a fatores de mercado e devem-se, então, à discriminação racial. Esse resultado não é novo e já foi encontrado, por exemplo, por Soares (2000). O que há de novo é o cálculo da decomposição em separado para os municípios que participaram dos ciclos do açúcar, do ouro e os outros municípios (incluindo os que participaram do ciclo do café). Da estimação minceriana da seção 4, sabe-se que os salários nos municípios da área de influência do açúcar são em média menores que do ouro, que, por sua vez, são menores do que os do café. As decomposições apresentadas aqui não comparam entre ciclos, mas, sim, entre brancos e não brancos dentro de cada região de influência. Os resultados para o ciclo do açúcar e do ouro são compatíveis com os impactos desses ciclos encontrados na seção 3. No entanto, o resultado de um diferencial salarial ainda maior nos outros municípios mostra que a discriminação racial não é somente devido a origens coloniais das atividades econômicas. Isso sugere que, além da influência dos ciclos coloniais encontrada, existem outros determinantes de discriminação salarial e racial que não foram considerados. Certamente, todo o processo de desenvolvimento pós-colonial e posterior à abolição, incluindo fenômenos como a imigração, urbanização e industrialização, entre tantos outros, também tiveram impactos determinantes. Conforme discutido na introdução deste estudo, a literatura que tem buscado estabelecer empiricamente elos entre instituições coloniais escravagistas e a *performance* atual de diferentes economias tem encontrado resultados paradoxais. Enquanto há fortes evidências de que instituições extrativas, e em particular a escravidão, estão associadas com pior *performance*, quando a comparação é feita entre países, as evidências são muito mais fracas (e muitas vezes inversas) quando a comparação se dá entre regiões de um mesmo país.⁴

4 Ver, por exemplo, os estudos de Summerhill (2010), Pappadia (2019) e Naritomi, Soares e Assunção (2012).

6 Considerações Finais

É comum atribuir patologias da sociedade brasileira, como a discriminação racial, a origens históricas. No entanto, testes empíricos mais rigorosos e baseados em dados dessa persistência são raros. Dos testes realizados, muitos falham em encontrar essas origens. Alguns, inclusive, indicam efeitos positivos de instituições coloniais perversas como a escravidão. Esses resultados, no entanto, são muitas vezes artifícios do uso do contrafactual errado. A comparação relevante não é saber se as regiões que participaram dos ciclos coloniais são hoje mais ou menos desenvolvidas ou apresentam mais ou menos discriminação do que as regiões que não tiveram esse passado. O contrafactual relevante seria comparar esses resultados com um Brasil que houvesse se desenvolvido sob uma série de instituições alternativas menos extrativas. Como sempre é o caso em história econômica, é uma comparação difícil de se fazer, pois o último cenário não aconteceu.

Enquanto não surgir uma estratégia empírica para permitir fazer tal comparação, este trabalho fez uma contribuição menor, mas, mesmo assim, importante. Apresentaram-se evidências empíricas de que regiões que estiveram envolvidas no ciclo do açúcar hoje demonstram mais discriminação salarial entre homens negros e brancos. Mostro-se, também, que os municípios que participaram do ciclo do café até 1886, em São Paulo, também foram impactados. Nesse caso, porém, os municípios mais distantes de Portugal têm o hiato salarial aumentado pela participação no ciclo, enquanto aqueles mais próximos têm o hiato reduzido pela participação. Já para os municípios que participaram do ciclo do ouro, não foram encontrados nenhum efeito sobre o hiato salarial. Através de uma estimação de função minceriana, ficou evidente, também, que um homem não branco, que já sofre em média uma redução de 21,3% devido à sua raça, é penalizado mais 15,6% pela localização em município da área de influência do açúcar. Por fim, realizou-se uma decomposição dos determinantes da discriminação salarial em diferentes áreas de influência. Conforme esperado, encontram-se grandes diferenças salariais entre brancos e negros. Mais surpreendente, porém, foi o resultado de que aproximadamente metade dessa diferença não pode ser explicada pelas características produtivas (educação, experiência, formalidade) dos indivíduos. Esses resultados foram observados não só nas regiões que participaram dos ciclos do açúcar e do ouro, mas também nos outros municípios onde foi encontrada, inclusive, uma diferença salarial ainda maior. Embora os ciclos coloniais tenham impactado a discriminação de salários entre raças no Brasil de hoje, certamente não são os únicos determinantes. O problema é endêmico e generalizado.

Referências

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, James A. *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. New York: Currency, 2012.

ALESINA, A., GIULIANO, P.; NUNN, N. On the Origin of Gender Roles: Women and the Plough. *Quarterly Journal of Economics*, v. 128, n. 2, p. 469-530, 2013.

ARRAES, R. A.; TELES, V. K. Qualidade Institucional, desigualdade de renda e desenvolvimento econômico. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 1, p. 181-211, 2003.

BLINDER, A. S. Wage discrimination: Reduced form and structural estimates. *Journal of Human Resources*, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.

CAICEDO, V. The Mission: Human Capital Transmission, Economic Persistence, and Culture in South America. *Quarterly Journal of Economics*, v. 134, n. 1, p. 507-556, 2018.

CARVALHO FILHO, I.; COLISTETE, R. P. Education Performance: Was It All Determined 100 Years Ago? Evidence from São Paulo, Brazil. *MPRA Papers*, n. 24494, 2010.

DELL, M. The Persistent Effects of Peru's Mining Mita. *Econometrica*, v. 78, n. 6, p. 1863-1903, 2010.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies. In: HABER, S. (org.). *How Latin America Fell Behind*. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 260-304.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FONTOURA, N. et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça: 1995 a 2015*. Brasília: IPEA, 2011.

FUJIWARA, T.; H. LAUDARES; V. CAICEIDO. *Tordesillas, Slavery and the Origins of Brazilian Inequality*. 2017. Mimeo.

GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

KELLY, M. The standard errors of persistence. *UCD Centre for Economic Research Working Paper Series*, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10197/10783>. Acesso em: 23 nov. 2021.

LAGERLÖF, N. P. Geography, institutions and growth: the United States as a microcosm. 2005.

MAIA, K.; SOUZA, S.C.I.; GOMES, M.R.; FIUZA-MOURA, F.K.; SILVA, R.J. Discriminação salarial por gênero e cor no Brasil: uma herança secular. *Revista Espacios*, v. 38, n. 31, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n31/a17v38n31p16.pdf>

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

MONASTERIO, L.; EHRL, P. *Colônias de Povoamento versus Colônias de Exploração*: de Heeren a Acemoglu. Brasília: IPEA, 2015.

MENEZES-FILHO, N. *et al.* Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: Uma análise histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Niterói: ANPEC, 2006.

NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. J. Rent seeking and the unveiling of 'de facto' institutions: development and colonial heritage within Brazil. *NBER Working Papers*, n. 13545, 2007.

NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. J. Institutional development and colonial heritage within Brazil. *The Journal of Economic History*, v. 72, n. 2, p. 393-422, 2012.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NORTH, D. C. *et al.* *Violence and social orders: A conceptual framework for interpreting recorded human history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NUNN, N. Slavery, inequality, and economic development in the Americas. In: HELPMAN, E. (org.). *Institutions and economic performance*. Cambridge: Harvard University Press, 2008. p. 148-180.

NUNN, N.; WANTCHEKON, L. The slave trade and the origins of mistrust in Africa. *American Economic Review*, v. 101, n. 7, p. 3221-3252, 2011.

OSPINO, C. G.; ROLDAN VASQUEZ, P.; BARRAZA NARVAEZ, N. Oaxaca-Blinder wage decomposition: methods, critiques and applications: a literature review. *Revista de Economía del Caribe*, n. 5, p. 237-274, 2010.

PAPADIA, A. Slaves, migrants and development in Brazil, 1872-1923. *MWP Working Papers*, 2019.

PEREIRA, R. M.; OLIVEIRA, C. A. Os diferenciais de salário por gênero no Rio Grande do Sul: uma aplicação do Modelo de Heckman e da Decomposição de Oaxaca-Blinder. *Redes*, v. 21, n. 1, p. 148-173, 2016.

REIS, E. Historical perspectives on regional income inequality in Brazil, 1872-2000. In: BERTOLA, L.; WILLIAMSON, J. (org.). *Has Latin american inequality changed direction? Looking over the long run*. Cham: Springer, 2017.

SOARES, S. S. D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA, 2000.

SOUZA, P. F. L.; SALVATO, M.; FRANÇA, J. M. S. de. Ser mulher e negro no Brasil ainda leva a menores salários? Uma análise de discriminação para Brasil e regiões: 2001 e 2011. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 42., 2014, Natal. *Anais [...]*. Niterói: ANPEC, 2014.

SUMMERHILL, W. Colonial institutions, slavery, inequality, and development: evidence from São Paulo, Brazil. *MPRA Papers*, n. 22162, 2010.

Anexo A

Quadro 1 – Descrição e fonte das variáveis da Tabela 2

Hiato salarial	Diferença do valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade entre brancos e negros (e pardos) em 2010. Censo Demográfico do Brasil 2010, IBGE (2010).
Ciclo do açúcar	Índice municipal de proximidade com o ciclo da cana-de-açúcar, variando de zero a um, de acordo com a equação 1.
Ciclo do ouro	Índice municipal de proximidade com o ciclo do ouro, variando de zero a um, de acordo com a equação 1.
Ciclo do café até 1886	Índice municipal de proximidade com o ciclo do café até 1886, variando de zero a um, de acordo com a equação 1.
Ciclo do café até 1935	Índice municipal de proximidade com o ciclo do café até 1935, variando de zero a um, de acordo com a equação 1.
Distância até Portugal	Distância euclidiana em graus a partir das coordenadas do centro de cada município até Lisboa (lat. 38º42', long. -9º).
Distância costa	Valor absoluto da coordenada de latitude de cada centro do município, obtida junto aos autores de Naritomi, Soares e Assunção (2012)..
Distância Equador	Distância (em quilômetros) do centro do município ao litoral brasileiro, calculada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonte: Elaboração própria a partir de Naritomi, Soares e Assunção (2012), com exceção do hiato salarial.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas

	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Hiato salarial	5558	316,11	299,09	-795,24	3978,02
Ciclo do açúcar	5505	0,0741	0,2010	0	1
Ciclo do ouro	5505	0,1215	0,2799	0	1
Ciclo do café até 1886	5505	0,0913	0,2534	0	1
Ciclo do café até 1935	5505	0,1570	0,3364	0	1
Distância Portugal	5505	7,7338	1,0346	5,9971	9,9325
Distância costa		3,8499	3,8942	0,00003	27,23818
Distância Equador		16,4028	8,2189	0,0179	33,6499

Fonte: Elaborado pelos autores.

Autor correspondente:

Bernardo Mueller

E-mail: bpmmueller@gmail.com

Recebido em: 03/08/2019.

Aceito em: 15/11/2020.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Creative Commons Attribution CC-BY 4.0, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.